



i

18-09-2013

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Política

Dimensão: 1133

Imagem: S/Cor

Página (s): 1 a 3

Ministra das Finanças propõe alterações a swap entre a CP e o Citi

// PÁGS. 2-3



O caso dos swaps
continua a assombrar
o mandato da ministra
das Finanças

RODRIGO CABRELA

Maria Luís propôs alterações a um swap entre a CP e o Citi

Auditoria do Tesouro, pedida pela ministra, refere que o IGCP deu parecer favorável ao swap contratado pela EP

ANTÓNIO RIBEIRO FERREIRA
antonio.ferreira.@ionline.pt

"Gostaria apenas de esclarecer – e não é que tenha particular relevância para esta conversa – que no IGCP as minhas funções nunca passaram por esta matéria, mas pelas emissões de dívida. Portanto, enquanto estive no IGCP não tive qualquer contacto com swaps, nem do IGCP nem de natureza nenhuma." Esta afirmação de Maria Luí Albuquerque foi proferida na comissão de inquérito aos swaps

quando era secretária de Estado do Tesouro. Acontece que os factos mostram que a actual ministra das Finanças também analisou e deu pareceres sobre swaps enquanto técnica do IGCP. E a auditoria interna ao Tesouro, mandada efectuar pela ministra, refere, no caso das Estradas de Portugal, "que a empresa comunicou as condições da operação contratada previamente à sua concretização, tendo a mesma sido autorizada conforme parecer favorável do IGCP". Esta avaliação é feita em rela-

ção ao swap da EP e não à operação de financiamento de 150 milhões, porque o objecto da auditora era perceber o que tinha corrido mal no controlo dos instrumentos de gestão de risco financeiro. Isto é, o empréstimo de 150 milhões, que tinha um swap associado, teve parecer favorável de Maria Luí Albuquerque.

O mesmo se passou com um empréstimo da CP, em que Maria Luí deu um parecer técnico com sugestões de alterações aos spreads propostos pelo



Citi para um swap que a empresa ia contratar associado ao financiamento.

MINISTRA VOLTA A NEGAR Mas ontem, depois de o ex-presidente da EP, Almerindo Marques, ter dito na comissão de inquérito que a actual ministra das Finanças deu um parecer favorável ao referido swap da empresa, a resposta de Maria Luís Albuquerque a Almerindo Marques foi violenta. Num comunicado enviado ao princípio da tarde de ontem às redacções, já depois de a oposição ter pedido a sua demissão por razões éticas – isto é, por ter mentido à comissão de inquérito –, Maria Luís Albuquerque refere que “não correspondem à verdade as declarações proferidas ontem pelo Dr. Almerindo Marques, ex-Presidente da Estradas de Portugal, na Comissão Parlamentar de Inquérito quanto à aprovação pela Senhora Ministra de Estado e das Finanças, enquanto técnica do IGCP, de contratos de swap associados aos empréstimos da Estradas de Portugal”. Acusada de ter mentido, Maria Luís Albuquerque diz que o mentiroso é Almerindo Marques.

SWAP DA EP ESTAVA POR FAZER Num parecer emitido a 16 de Dezembro de 2009, Maria Luís Albuquerque analisa o empréstimo de 150 milhões à EP, a que

está associado um swap que a empresa iria negociar posteriormente. E escreve: “Não são indicados quaisquer detalhes da natureza do swap, não se sabe se a operação é a taxa fixa ou variável.” Em conclusão, Maria Luís Albuquerque acha que o custo do financiamento “é excessivamente elevado”. Seis meses depois, a 4 de Junho de 2010, Maria Luís Albuquerque dá parecer positivo porque, embora sem conhecer o swap associado ao empréstimo, “o Estado não garante o financiamento e a empresa não tem alternativas”.

ANÁLISE A UM SWAP DO CITI Em Junho de 2009, Maria Luís Albuquerque analisa um empréstimo à CP, associado a um swap do Citi. Neste caso, a actual ministra das Finanças conhece bem o contrato de swap e sugere à empresa que proponha ao banco outros spreads, mais baixos. Neste caso, em que estava em causa um empréstimo entre 76 e 152 milhões de euros que seria garantido pela Aflac, uma seguradora que opera no Japão e nos EUA, com uma maturidade de 10 a 15 anos, estava associado o referido swap do Citi, cujas condições eram do conhecimento da então técnica do IGCP e sobre as quais Maria Luís Albuquerque sugeriu alterações nos spreads propostos pelo referido banco. *Com Ana Suspiro*

Em on
 “Maria Luís Albuquerque mentiu à comissão de inquérito”

Carlos Zorrinho
 LÍDER PARLAMENTAR DO PS

“Já houve outros momentos iguais a este, em que a senhora ministra das Finanças foi atacada (...) e a montanha pariu um rato”

Marco António Costa
 PORTA-VOZ DO PSD

“Deve ser o proprio primeiro-ministro a perceber que é inevitável a demissão da ministra”

Pedro Filipe Soares
 LÍDER PARLAMENTAR DO BE

“Caso se confirme [que mentiu], nós consideramos que não tem condições, no plano ético, político, para continuar como ministra”

Jerónimo de Sousa
 SECRETÁRIO-GERAL DO PCP

Swap. Ministra diz que não mentiu e não se demite

Ministério diz que o ok da ministra foi dado ao financiamento e não aos swap. Oposição pede demissão

A ministra das Finanças está há menos de três meses no cargo e voltou ontem a conhecer, por parte da oposição em peso, um pedido de demissão... e por duas vezes durante o dia. Em causa pode estar mais uma questão de semântica: Maria Luís Albuquerque disse na comissão de inquérito que, enquanto técnica do Instituto de Gestão do Tesouro (IGCP), não teve “qualquer contacto” com swaps. Depois, o antigo presidente da Estradas de Portugal (EP), Almerindo Marques, disse, na mesma comissão, que foi Maria Luís Albuquerque a técnica responsável pelos pareceres positivos que foram dados ao financiamento, com swaps associados. As Finanças contra- põem e dizem que a luz verde foi dada ao financiamento e não aos swaps, dos quais não havia informação suficiente e, além

disso, os pareceres do IGCP não eram “obrigatórios” (ver ao lado).

No meio de mais uma troca de acusações, a oposição pediu ontem por duas vezes a demissão de Maria Luís Albuquerque. O PS, pela voz do líder parlamentar, Carlos Zorrinho, considerou que a ministra “mentiu” no parlamento e, por isso, “não há nenhuma razão para ficar impune neste processo, nem para o PSD continuar a atirar areia para os olhos”, disse. Ao i, o deputado João Galamba explica que em causa está o facto de a ministra, enquanto técnica do IGCP, ter mudado um parecer sobre um contrato de financiamento da EP de negativo para positivo: “Demonstra que ela é culpada das mesmas coisas que imputa a terceiros, pouco se importando com os custos para o futuro.”

A mesma linha foi seguida pelo Bloco de Esquerda. O líder parlamentar bloqueista, Pedro Filipe Soares, considerou que a ministra deixou passar um “swap em branco” e que isso significa que “tem agido com jogos de palavras e omissões para com a comissão de inquérito”. Do PCP, o mesmo pedido: “Caso se confirme [que mentiu], nós consideramos que não tem condições, no plano ético, político, para continuar como ministra”, disse o secretário-geral, Jerónimo de Sousa.

Do CDS, nem uma palavra. Da maioria que sustenta o governo, foi o PSD a defender a sua ministra. Luís Montenegro, líder parlamentar do partido, admitiu até “tomar todas as diligências” contra quem acusa Maria Luís de mentir, e os sociais-democratas vão chamar novamente a titular das Finanças para esclarecer todas as dúvidas no parlamento. *L.V.*

CDS manteve-se calado apesar dos ataques, em duas vagas, dos partidos da oposição

PSD admite agir contra quem acusa a ministra das Finanças de mentir ao parlamento



Almerindo Marques, ex-presidente da EP